

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Direitos Humanos sob exceção permanente: governamentalidade, ajuda humanitária e controlo da população civil

***Human Rights under a Permanent State of Exception: Governmentality,
Humanitarian Aid and the Control of Civilian Populations***

Angélica LIMA¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar tanto a gestão como o fluxo de ajuda humanitária destinada à Faixa de Gaza no período subsequente ao conflito iniciado a 07 de outubro de 2023, procurando compreender de que modo a atuação político-jurídica e securitária de Israel contribui para a consolidação de um regime de exceção permanente e para a erosão material dos Direitos Humanos da população civil.

Parte-se da premissa de que, neste contexto, a ajuda humanitária tem sido utilizada como um dispositivo de governamentalidade que se encontram orientados para o controlo institucional da sobrevivência coletiva, da mobilidade e do acesso aos recursos naturais.

Do ponto de vista teórico, a análise baseia-se nos contributos sobre a governamentalidade, a exceção e a securitização, que serão conjugados com os princípios do Direito Internacional Humanitário, bem como com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, em especial no que diz respeito à proteção da população civil sob ocupação, à proibição da punição coletiva e à obrigação de garantir um acesso humanitário total, imparcial e livre de entraves arbitrários e aleatórios. A investigação adota uma metodologia qualitativa, que se baseia numa análise documental sistemática dos relatórios das organizações internacionais, das agências das Nações Unidas e dos organismos de direitos humanos, bem como aos dados sobre o volume efetivo de ajuda autorizada a entrar no território após a entrada em vigor do cessar-fogo.

Procede-se, também, a uma análise dos processos de decisão, administrativos e securitários que são associados ao controlo das fronteiras, à burocratização dos procedimentos de inspeção, bem como à expansão da categoria de bens que Israel classifica como de “dupla utilização”, enquanto as tecnologias de poder que estruturam o acesso à ajuda e condicionam a sua eficácia.

¹ Mestranda em Direito, Especialização em Ciências Jurídico-Políticas, Universidade Portucalense, Investigadora da Cátedra Jean Monnet – Universidade Federal Uberlândia. Investigadora a colaborar com o Instituto Jurídico Portucalense (IJP). E-mail: angelikalima@gmail.com. ORCID: 0009-0001-7781-2846

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)
18 e 19 de junho de 2026

Os resultados obtidos demonstram que, apesar de existirem compromissos humanitários formais, o fluxo de ajuda foi insuficiente para responder às necessidades básicas da população civil, com base na persistência das restrições políticas e securitárias que transformam a ajuda humanitária numa arma política e num instrumento de controlo social e económico.

Conclui-se que esta instrumentalização contribui não só para normalizar um regime de exceção prolongado, como enfraquece os mecanismos internacionais de proteção de Direitos Humanos.

Este artigo contribui, assim, para o debate académico sobre as crises contemporâneas da dimensão jurídico-política da ação humanitária bem como dos limites estruturais da governação internacional, em contextos de conflitos armados prolongados e de ocupações.

Palavras-chave: Direito Internacional humanitário; proteção da população civil; acesso humanitário; ocupação prolongada; punição coletiva.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the management and the flow of humanitarian aid directed to the Gaza Strip in the period following the conflict that began on 7 October 2023, seeking to understand how Israel's political, legal and security actions contribute to the consolidation of a regime of permanent exception and to the material erosion of the human rights of the civilian population. It proceeds from the premise that, in this context, humanitarian aid has been used as a device of governmentality, oriented towards the institutional control of collective survival, mobility and access to natural resources.

From a theoretical perspective, this analysis gives a contribution on governmentality, exception and securitisation, articulated with the principles of IHL and International Human Rights Law, specifically regarding the protection of civilians under occupation, the prohibition of collective punishment, and the obligations to guarantee full, impartial and unobstructed humanitarian access, free from arbitrary and random restrictions. The research adopts a qualitative methodology based on a systematic documentary analysis of reports produced by international organisations, United Nations agencies and human rights bodies, as well as data concerning the effective volume of aid authorized to enter the territory following the entry into force of the ceasefire.

This paper also explores administrative and security related decision-making processes associated with border control, the bureaucratization of inspection procedures, and the expansions of the category of goods classified by Israel as "dual use", understood as technologies of power that structure access to humanitarian aid and conduction its effectiveness.

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



INSTITUIÇÕES COOPERANTES

AGÊNCIAS/FOMENTO



III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Universidade Portucalense (Porto)

18 e 19 de junho de 2026

The findings demonstrate that, despite the existence of formal humanitarian commitments, the flow of aid has remained insufficient to meet the basic needs of the community, owing to the persistence of political and security restrictions that transform humanitarian assistance into both a political weapon and an instrument of social and economic control.

It is concluded that such instrumentalization not only contributes to the normalization of a prolonged regime of exception but also reduces international human rights protection mechanism. This paper thus contributes to the academic debate on the contemporary crises surrounding the legal and political dimension of humanitarian action, as well as the structural limits of international governance in contexts of armed conflict and occupation.

Keywords: International humanitarian law; protection of civilians; humanitarian access; prolonged occupation; collective punishment

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS



AGÊNCIAS/FOMENTO



instituto ânima